

**ACTA Nº 4 – Sessão ordinária da  
Assembleia Municipal, realizada no dia  
16 de Setembro de 2005**

Aos dezasseis dias do mês de Setembro do ano dois mil e cinco, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
3. Proposta de fixação, para o ano de 2006, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 106º, da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro;
4. Proposta de lançamento do imposto municipal de derrama e da definição da respectiva taxa, para vigorar no ano de 2006;
5. Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sítios no concelho de Montalegre para vigorar no ano de 2006;
6. Relatório de Contas ATMAD 2004.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes cinquenta membros. Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calado Calvão, Domingos Aguiar Vasconcelos, António Gonçalves de Araújo, António Duarte Barroso Soutinho, João Alves Soares, Francisco Afonso Surreira, Nuno Duarte Miranda Justo, António Eduardo Morais Batista dos Santos, Albino José Ribas, Manuel Dias Baptista, Nelson Tiago Antunes Rodrigues, João Manuel Rodrigues Mendes Duarte, Luis Filipe Lopes Afonso Carril, Pedro Nuno da Cruz Giesteira, Manuel Azevedo Antunes, José Domingos Silva Ferrage, Armando Rodrigues Mendes Duarte, Alexandre Dioniso Silva Antunes, António Gregório Azevedo Dias, Luis Sanches Álvares Pereira e Manuel Lopes Júnior

No prazo legal, justificaram a falta à sessão do dia 25 de Junho de 2005 os deputados António Duarte Barroso Soutinho, Acácio Silva Gonçalves, Nelson Tiago Antunes Rodrigues, Ricardo António Pires de Moura e Manuel Lopes Júnior.

Não justificaram a falta à referida sessão os deputados Albino José Ribas, Manuel Dias Baptista, Jorge Araújo Fernandes, António Gregório Azevedo Dias e Luis Sanches Álvares Pereira.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

A acta da sessão anterior foi posta à consideração, tendo sido aprovada por unanimidade.

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Acácio Gonçalves, António Ferreira, Ricardo Moura, José Coelho, João Fecheira, Jorge Fernandes e Paulo Cruz.

O deputado António Cascais disse que, tendo em conta o período em que estávamos não se levantavam grandes questões. Tinha conhecimento, por experiência de eleições anteriores, que a câmara de voto, nalgumas Assembleias de Voto, funcionava num compartimento da casa ao lado. Ora, isso é ilegal. A Lei diz que a Câmara de Voto tem de estar instalada na Assembleia de Voto, isto para não causar incómodos a ninguém e principalmente aos Senhores Presidentes de Junta.

O deputado Acácio Gonçalves disse que há uma coisa que o tem preocupado bastante e que é a água que consumimos. Consta que a empresa Águas de Trás-os-Montes vai desviar a água da barragem do Alto Rabagão para esse país fora. Diz-se também que, quando a obra for acabada, a barragem irá ser vedada.

O deputado António Ferreira disse que ficou satisfeito com a limpeza que foi feita nas presas do rio Cávado e também nas que estão junto à ponte de Frades. A limpeza que se fez mostrou bem a falta que fazia porque há anos que não se lhes tocava. Pediu ainda que se fizesse uma limpeza no Rigueiro de Sás porque também está a precisar. Sobre o forno da Portela, disse que aí se fizeram grandes obras de restauro, tendo-se colocado dois fornos modernos.

O deputado José Coelho perguntou qual era a situação do Bairro do Trabalhador dos Pisões, se foi vendido ou não. Questionou a Câmara porque é que não se fez naquele bairro o mesmo que foi feito na Borralha onde a Câmara comprou e restaurou as casas. Disse ainda que há uma família carenciada na Lama da Missa que está a dormir em casa de vizinhos porque a moradia deles ficou destruída por um incêndio. Informou que a Junta de Freguesia irá participar no restauro da casa com 1000 euros. Pediu que a Câmara também ajudasse.

O deputado Ricardo Moura disse que tinha afixado o caderno eleitoral da freguesia de Padornelos para que toda a gente o pudesse consultar mas foi roubado. Referiu que não havia necessidade de andarem arruaceiros, pela calada da noite, a semear a destruição. Garantiu que entrega tudo aquilo que lhe tem sido pedido. Disse ainda que as pessoas que residem no concelho é que deviam fazer parte das listas porque os que estão fora fazem gastar mais dinheiro ao Estado. Há pessoas, na Assembleia Municipal, que estiveram presentes durante todo o mandato e que nunca levantaram o dedo para falar das carências das suas freguesias e deviam fazê-lo porque são os representantes do povo e este é o local indicado para o fazerem.

O deputado João Fecheira, Presidente da Junta de Freguesia da Vila da Ponte disse que passados quatro anos como Presidente da Junta, gostaria de agradecer as obras que o Senhor Presidente da Câmara fez na sua freguesia, mas não o pode fazer porque muitas obras que foram pedidas não foram executadas. Espera, por isso, que o povo saiba responder no período eleitoral que se avizinha.

O deputado Paulo Cruz disse que a questão das mesas de voto é pertinente porque nas últimas eleições houve o síndrome de ilegalidade e pensa que se deve pôr tudo em pratos limpos porque não se deve desconfiar de ninguém. Nas últimas eleições houve pessoas que desconfiaram dos barrosões e isso é de lamentar.

O deputado Jorge Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Cervos, disse que também gostava de agradecer a colaboração prestada pela Câmara. Foram pedidas várias obras, mas nunca obteve resposta. Houve até perseguição política. Terminou dizendo que, fique quem ficar, espera que não volte a haver discriminações.

Findas as intervenções, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos intervenientes.

O Senhor Presidente da Câmara começou por pedir aos Senhores Presidentes de Junta que tivessem problemas com as urnas de voto que os comunicassem à Câmara porque existe novo material e esses problemas serão resolvidos facilmente.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que a água só vai até Boticas e Chaves e poderá ir até Salto e Vieira do Minho. Referiu que também existe a hipótese de se fazer uma outra captação na Venda Nova. Sobre a vedação da barragem, disse que não entendeu essa questão, mas pensa que, a ser alguma coisa vedada, só poderá ser a zona da captação, porque de resto é uma atoarda irrealizável. Disse ainda que se esta seca se prolongar por mais 4 ou 5 anos, Montalegre não vai ter água para abastecimento público nas horas de ponta. Sobre a limpeza do rio disse que a falta de caudal e de invernias grandes contribuem para que as presas não estejam limpas. Aproveitou para informar que a nova ETAR já está a funcionar. Informou ainda que 80 ou 90% da vila vai ficar com o sistema de enterrados para os resíduos sólidos porque é um sistema mais limpo.

Ao deputado José Coelho disse que pensava que ele se lembrava do que foi dito quando esteve nos Pisões. Explicou que o caso dos Pisões não tem nada a ver com a Borralha. Na Borralha as pessoas nasceram lá e trabalharam lá toda a vida e nos Pisões não. O bairro foi vendido mediante determinadas condições nomeadamente a resolução de alguns problemas aos moradores. A família a quem lhe ardeu a casa já esteve na Câmara e, no dia seguinte, os técnicos foram ao local para ver o que fazia falta e esse assunto vai à próxima reunião de Câmara para que o arranjo seja pago na íntegra. Sobre o jardim de infância dos Pisões, disse que enquanto não houver carta educativa não haverá jardim de infância porque só esse documento é que vai determinar o que se vai fazer nessa área.

Sobre as intervenções dos senhores Presidentes da Junta de Vila da Ponte e de Cervos, disse que deram excelentes argumentos à oposição porque não foram capazes de fazer nada. Foram incompetentes e o povo que julgue.

Finda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António Cascais, José Coelho, Ricardo Moura e Paulo Cruz.

O deputado António Cascais disse que o deputado Ricardo Moura se tinha virado para a bancada do PSD para fazer as acusações que fez. Disse que não quer crer que tenham sido pessoas ligadas à coligação Juntos por Montalegre que tenham assaltado as vitrines da Junta de Freguesia de Padornelos para roubar os cadernos eleitorais. Disse ainda que

há gente boa e gente má e gente que comete erros em todos os partidos, e o deputado Ricardo Moura, como Presidente da Junta de Freguesia de Padornelos, também comete erros.

O deputado José Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Viade de Baixo, disse que na aldeia de Pisões o acusam de não fazer nada no bairro da EDP, mas não pode lá fazer nada porque aquilo tem um dono. Quanto ao infantário, disse que o Senhor Presidente da Câmara é que não tem vontade de o fazer porque o projecto já está pronto.

O deputado Ricardo Moura perguntou quais foram os crimes que tinha cometido como Presidente da Junta de Freguesia e perguntou se teria sido por recensear na sua freguesia algumas pessoas da Aldeia Nova, de Lisboa, do Porto e de Gondomar. Disse que nunca cometeu crime nenhum e a única coisa que faz é defender aquilo que é dele, que comprou e que herdou.

O Senhor deputado António Cascais esclareceu que aquilo que tinha dito foi que o deputado Ricardo Moura cometeu alguns erros enquanto Presidente da Junta e que alguns deles foram graves. Não se referiu a problemas de recenseamentos. Se isso é legal as pessoas fazem aquilo que bem entendem.

O deputado Paulo Cruz disse que ia falar em defesa da honra da bancada do PS, dizendo que é grave é afirmar-se que a bancada do PS tem atitudes xenófobas. Nunca teve atitudes dessas enquanto membro da Assembleia Municipal mas devem ter-se esquecido daquilo que foi dito das pessoas que vieram de Chaves trabalhar para Montalegre.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para se pronunciar sobre as intervenções, que disse, a título das críticas do senhor deputado António Cascais quanto à falta de isenção dos órgãos de comunicação social locais, que não tinha moral para qualquer acusação nesta matéria e, para contrapor mostrou um jornal, “O Povo de Barroso”, em que se exhibe uma fotografia com um monte de alcatrão, como se fosse a Câmara a desperdiçar dinheiro, quando são restos que a empresa, que rectificou a EN 103, deitou fora. Disse que é o jornal do qual o Senhor deputado António Cascais faz parte. Sobre a intervenção do Senhor deputado José Coelho, disse que este há quatro anos não estava tão nervoso. Sobre o jardim infantil dos Pisões, disse que não há projecto e não há jardim infantil enquanto não houver carta educativa porque a Câmara não deita dinheiro fora. Os alunos se não estão bem ali não é por culpa da Câmara. E se não querem estar ali há um jardim remodelado a 5 km e a Câmara faz o transporte.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Expediente para conhecimento**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **2. Actividades e Situação Financeira da Autarquia**

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório de toda a actividade e situação financeira da Autarquia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, António Ferreira e António Azevedo.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a dívida desde Abril até Setembro, aumentou 300 mil contos. Estamos em período eleitoral e pensa que será de bom tom não se fazer tantas despesas, mas sabe também que a Câmara ainda não recebeu a comparticipação das Portas do Parque. Falou do saneamento de Codeçoso e disse que foi inaugurado com pompa e circunstância. Falou também das obras que não foram feitas e enumerou algumas como, por exemplo, a ligação de Lamachã a Boticas o parque do Cerrado, o Arquivo Municipal, o gimnodesportivo e as piscinas de Salto. Falou ainda dos saneamentos e das ruas das aldeias do rio, dos polidesportivos de Paradela e de Pitões que também ficaram por fazer. Disse ainda que Vilar de Perdizes não é só o Largo do Pinheiro e a avenida dos cafés. Existem muitos becos e muitas ruelas onde mora gente que também gostava de ter saneamento.

O deputado António Ferreira disse que vive na capital de Barroso e que lhe parece que há pessoas que não moram neste mundo porque as obras estão bem à vista por todo o lado. Disse ainda, que durante o Verão, o concelho de Montalegre foi assolado por incêndios e quis transmitir aos funcionários da Câmara uma palavra de agradecimento pela coragem que tiveram ao enfrentar os incêndios, assim como aos proprietários das máquinas que também colaboraram.

O deputado António Azevedo disse que o Senhor Presidente da Câmara sempre apareceu na freguesia de Fervidelas. Perguntou onde é que começa o acesso a Fervidelas.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que a sua intervenção lhe tinha feito lembrar o cartaz que está colocado em frente à Câmara onde as pessoas estão de olhos cerrados com vontade de cá chegar, mas a não conseguir. Disse que o deputado Acácio Gonçalves só quis prestar serviço à coligação. É uma injustiça enumerar aqui as obras que não foram feitas porque, se as pessoas votassem em função das obras, o PS ganharia as eleições com 90% dos votos. Disse ainda que o podem até acusar de muitas coisas, menos de não fazer obras e por todo o lado.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **3. Proposta de fixação, para o ano 2006, de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 6º, da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve inscrições.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

#### **4. Proposta de lançamento do imposto municipal de derrama e da definição da respectiva taxa, para vigorar no ano de 2006**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e António Ferreira.

O deputado António Cascais disse que é contra a aplicação do imposto municipal de derrama por atingir o tecido empresarial da terra, mas se o Senhor Presidente da Câmara provar que 90% da derrama é paga pela EDP, revia a sua posição.

O deputado António Ferreira disse que, por princípio, é a favor da derrama da qual, quando foi lançada, diziam que iria correr com as empresas e que algumas que queriam cá fixar-se não o iriam fazer, o que não aconteceu.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que tem em memória que 15 mil contos vêm da EDP e sabe que os bancos e as companhias de seguro pagam o resto e que das empresas locais vem muito pouco.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por maioria com um voto contra e onze abstenções.

#### **5. Proposta de definição de Taxa de Imposto Municipal de Imóveis, IMI, aplicável aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre para vigorar no ano de 2006**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Acácio Gonçalves e António Ferreira.

O deputado António Cascais disse que não questiona as taxas propostas pela Câmara, mas gostaria que a Assembleia pensasse bem sobre a quantidade de impostos já aprovados, bem ou mal. Alguns têm que existir e não são da responsabilidade da Câmara, embora revertam a seu favor. O somatório deste conjunto de impostos sobrecarrega muito as pessoas. É de uma injustiça grave que uma avaliação feita em Montalegre tenha um preço superior a uma avaliação feita na Rua de Santo António, em Chaves. No loteamento do Barbudo e do Cerrado, lotes entre os 500 e os 600 m<sup>2</sup> são avaliados por 50 ou 60 mil euros. Este valor, que hoje se aprova e que é a taxa mínima que a lei permite que é 0,3, é o que vai ser aplicado sobre esses valores de avaliação. A casa que se constrói vai ser avaliada sobre esses valores. Por isso não se pode conceber que um lote no Cerrado tivesse sido avaliado por 648 mil euros. Um investidor que não venda os seus lotes e que tenha que pagar contribuições de quantias muito elevadas é um disparate. Não há ninguém que aguente esta situação e devemos manifestar esta injustiça junto do Estado. Terminou afirmando que concorda com os valores que foram propostos.

O deputado Acácio Gonçalves disse que concorda com o deputado António Cascais e que os coeficientes de localização estão mal atribuídos e apresentou a seguinte Proposta/Recomendação:

“Acácio da Silva Gonçalves, representante do Grupo Municipal do CDS/PP nesta Assembleia Municipal vem propor que seja submetida à votação a presente proposta nos pontos a seguir enumerados.

1º Sabendo-se que as avaliações para atribuição de “Valor Patrimonial” neste concelho estão a ser muito elevadas se entendermos a que somos dos mais pobres a nível nacional deveremos como representantes nesta Assembleia apurar as causas para por fim aos efeitos que o imposto municipal sobre imóveis está a provocar na economia debilitada do nosso povo.

Sabe-se que o principal facto que influência a avaliação são os “factores de localização” atribuídos pelo Ministério das Finanças sob proposta da autarquia e que começam por influenciar de imediato de imediato os terrenos para construção que chegam a ser avaliados em valores superiores aos da compra real.

A Portaria nº 1426/2004 (D.R. 277 de 25/11/2004) aprova-os e publica-os e verifica-se que são dos mais elevados a nível distrital.

Assim proponho que sejam revistos e submetidos a nova aprovação do Ministério das Finanças.

2º Proponho que enquanto não forem revistos os coeficientes de localização as taxas do IMI propostas pelo executivo a esta Assembleia Municipal para o ano de 2006 e atendendo a que não houve diminuição do imposto em 2005 deverão ser fixadas as taxas:

Prédios urbanos avaliados antes do CIMI – 0,6%

Prédios urbanos avaliados depois do CIMI – 0,3%

3º Proponho como combate à desertificação e abandono de imóveis degradados nas principais freguesias do concelho que estejam reabilitação urbana que a taxa IMI seja majorada ou minorada conforme os casos (nº 5 do artº 112, CIMI) em 30%.

4º Proponho que seja minorada em 20% a taxa do IMI sobre prédios arrendados nas freguesias do concelho, servindo essa redução de incentivo a quem arrenda, aumentando assim ao mercado de arrendamento necessário ao desenvolvimento económico e social da região. (nº 6 do artº 112º do CIMI).

5º Proponho ainda que seja efectuada a divulgação através dos órgãos de informação camarários e órgãos de informação pública de que qualquer cidadão nacional goza do direito de requerer isenção do Imposto Municipal sobre imóveis desde que o seu agregado familiar não possua um valor patrimonial de prédios de € 48.000, aproximadamente (10 x salário mínimo) cumulativamente com o dobro do salário mínimo nacional, aproximadamente €10.000.

Montalegre, 16 de Setembro de 2006, assina Acácio Gonçalves”

O deputado António Ferreira disse que a proposta apresentada pelo deputado Acácio Gonçalves está muito confusa porque possui dados técnicos que não estão correctos e que não podem ser discutidos porque não há tempo.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse que existe uma série de impostos, mas quem não quiser que as grandes empresas como a EDP e os bancos não paguem, então vote contra. A avaliação em Chaves não é menor do que em Montalegre. Aqui aplica-se a taxa mínima, para prédios novos 0,3% e para prédios antigos é a taxa máxima 0,8%, enquanto que em Chaves e Boticas vigorava a taxa máxima para tudo. Sobre os índices de localização, disse que nem a Câmara nem a Assembleia Municipal têm competência para os aprovar. Disse ainda que o deputado Acácio Gonçalves lançou algumas ideias que estão na Lei, mas que é preciso aplicá-las com cuidado porque para já não temos condições para fazer a avaliação das casas velhas. Referiu que não fazia sentido não aprovar a proposta da Câmara porque, se isso acontecesse, não se iria receber a contribuição autárquica.

O deputado António Cascais pediu a palavra para dizer que ainda não se tinha feito um estudo aprofundado sobre estas coisas. Disse ainda que se uma casa for remodelada sofre nova avaliação e passa à taxa de 0,8%. Pediu que a proposta apresentada pelo deputado Acácio Gonçalves passasse a proposta de recomendação e fosse votada só a proposta apresentada pela Câmara.

O deputado Acácio Gonçalves aceitou que a sua proposta passasse a proposta de recomendação.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

## **6. Relatório de Contas ATMAD 2004**

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório de contas referente ao ano de 2004 da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves que disse que, quando foi discutido este assunto, tinha dito que Montalegre iria padecer porque a empresa Águas de Trás-os-Montes iria ser privatizada. Montalegre foi quem mais contribuiu e o projecto foi subsidiado a 85%.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que devemos ter consciência de que ou tomávamos esta posição ou corríamos o risco de ficar isolados. Nós não tínhamos os investimentos que tivemos se não aderíssemos a esse projecto e a ETAR também não estaria a funcionar. Foi por razões técnicas e de saúde pública que aderimos, não foi por razões demagógicas. A água vai ser muito controlada e não temos hipótese de analisá-la todos os dias. A água vai ser mais cara, mas também vai ser de melhor qualidade. As Águas de Trás-os-Montes estão em fase de investimento e para já não têm lucros, é só prejuízo. Informou ainda que irá ser sempre o município a estabelecer o preço da água. Foi tomada uma boa decisão para o futuro e não foi uma decisão oportunista.

A Assembleia tomou conhecimento.

## **PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário